

Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, no âmbito da apreciação na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para 2023

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados

1. O Orçamento

Este é o orçamento inicial do Ministério da Justiça mais elevado de sempre. Supera o orçamento inicial do Ministério da Justiça de 2022 em mais de 90 milhões de euros (+5,6%) e é, portanto, o Orçamento do reconhecimento, por parte do Governo, da importância da Justiça, não apenas para a vida dos cidadãos, mas também para a competitividade da economia.

Estamos a falar de um investimento de mais 3,9 M€ na área dos Tribunais; de mais 1 M€ na área dos Registos e Notariado; de mais 48,5 M€ na área da investigação criminal; e de mais 41,8 M€ nos Serviços de Reinserção e Prisionais.

Este é o Orçamento que reforça o rumo que traçámos, e que permitirá que, em 2023, todo o trabalho de planificação, de racionalização e de estabelecimento de prioridades – um trabalho invisível que, por isso, deixa escondida a monumentalidade da sua dimensão – possa emergir e revelar-se.

Foi com esse ímpeto de **“fazer acontecer”** que iniciámos este mandato, em 2022, é com este ímpeto que nos propomos continuar nos próximos anos, e essa vontade já começou a concretizar-se em resultados.

2. Reforço da estrutura de recursos humanos

Está em curso o reforço da estrutura de Recursos Humanos e de dignificação dos que conosco trabalham, iniciado com um aturado trabalho de identificação de necessidades.

É um trabalho bem além da prospeção burocrática, da consideração simples – quando não simplista – dos lugares previstos nos quadros dos serviços, procedendo-se ao levantamento de dados importantes, como o número de saídas e de entradas registadas nos últimos anos e o número de trabalhadores próximos da idade de reforma.

Este levantamento, que nos dá uma noção mais realista das necessidades, vai agora permitir-nos fazer uma planificação plurianual dos recursos.

E já nos permitiu fazer acontecer: medida histórica, pelo seu impacto a longo prazo, aprovámos o programa de recrutamento de pessoal da Polícia Judiciária, até 2026.

A Portaria 245/2022 prevê o recrutamento anual de 150 trabalhadores para a carreira de investigação criminal; de 50 trabalhadores para a carreira de especialista de polícia científica e de 20 trabalhadores para a carreira de segurança, o que resultará no ingresso de mais 1100 profissionais, até 2026.

Esta é uma concretização sem precedentes, que vai permitir o que há muito, e muito legitimamente, se reclamava e urgia assegurar: previsibilidade e planificação – e é este ‘modus operandi’ que queremos alargar às restantes áreas da Justiça, designadamente, técnicos profissionais de reinserção social, guardas prisionais, trabalhadores dos registos ou oficiais de justiça.

Queremos continuar este caminho e fazer acontecer.

E já demos sinal do nosso empenho no reforço mais imediato dos recursos humanos.

Ao nível da **Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**, só em 2022, esse reforço resultou num aumento de 256 guardas prisionais, a que se somarão, ainda, 40 elementos para o GISP - Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.

Não descurámos o reconhecimento e a melhoria das condições de trabalho dos guardas prisionais: a atualização do suplemento por serviço e risco, tem novamente dotação garantida neste Orçamento. Acresce que, em 2023, na base, como vem sendo divulgado, estes profissionais poderão subir dois níveis remuneratórios.

Os mesmos dois níveis remuneratórios subirão os trabalhadores da carreira de segurança da PJ.

Também o **Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses** tem visto os seus quadros reforçados. Desde 2016, o número de lugares ocupados por profissionais da carreira de medicina legal aumentou 72%, o que sem dúvida contribuiu para o número de pendências ser, hoje, o mais baixo, desde a criação do Instituto.

No **Instituto dos Registos e do Notariado**, estão em processo de recrutamento novos trabalhadores das **carreiras gerais**, que se vão juntar aos 269 assistentes técnicos que ingressaram entre 2021/22 e a mais de uma dezena de técnicos superiores em regime de mobilidade.

Os serviços serão ainda reforçados com a entrada de 29 técnicos superiores e 3 especialistas de informática.

Nos **Tribunais**, a **assessoria técnica** é uma realidade que começa a concretizar-se, aguardando-se a entrada progressiva de 28 profissionais para apoiar os magistrados do Ministério Público e de 24 para apoiar os juízes nos tribunais judiciais.

Queremos continuar este caminho e fazer acontecer.

Este desígnio de reforçar os Recursos Humanos tem ainda eco ao nível do **PRR para o setor da Justiça**.

Muito em breve, retomaremos o debate com as associações sindicais em torno da revisão do Estatuto dos Oficiais de Justiça.

E continuaremos a capacitar os recursos humanos, porque a dignificação dos trabalhadores e a transformação da justiça faz-se também com formação.

Mas o investimento em recursos humanos também se faz pela **otimização** das suas funções, canalizando-os para tarefas de valor acrescentado e deixando os processos repetitivos e mecanizados a cargo de ferramentas tecnológicas capazes de as assegurar – **continuaremos a trilhar esse caminho.**

3. Recuperação das infraestruturas

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados

A Justiça vai ter capacidade para investir cerca de 160M€ na melhoria do edificado nos próximos 5 anos, com impacto nas suas diferentes áreas: tribunais, prisionais, tutelar educativo, serviços do Registo, Polícia Judiciária e Medicina Legal.

Pela primeira vez, temos um levantamento de necessidades construído a partir de uma avaliação de investimentos prioritários, ao qual corresponderá uma planificação de investimentos, com fontes de financiamento identificadas de forma objetiva e realista.

A este valor poderá vir a somar-se um montante superior a 40M€, proveniente de candidaturas e de apoios diretos do Fundo Ambiental e outras fontes de financiamento europeu.

O empenho que pomos no planeamento e na previsibilidade para os investimentos que faremos nos próximos 5 anos resultou já na elaboração de 1 um projeto estrutural: aquele que contempla o encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa, a que

muito em breve daremos início, concretizando um desígnio que vinha sendo permanentemente adiado.

Queremos continuar este caminho e fazer acontecer.

Fá-lo-emos, como fizemos em 2022: concluímos e iniciámos obras de melhoramento em vários **estabelecimentos prisionais** e **Centros Educativos** – que merecerão, nesta legislatura, especial atenção.

Nos serviços do **Registo**, mais de uma centena de instalações beneficiaram de intervenções de manutenção; mas procedemos também a intervenções de grande vulto, como o novo espaço de registos do Porto; as novas instalações das conservatórias da Amadora, Mealhada e Marinha Grande; ou a requalificação das instalações das conservatórias da Lourinhã e de Caminha.

Só ao longo deste ano de 2022, foram concluídas intervenções em 40 **Palácios da Justiça**, entre os quais destaco Montalegre, por ter beneficiado de uma remodelação total no valor de mais de 760.000€.

E, até ao final de 2022, serão ainda concluídas 15 intervenções em tribunais, incluindo no Palácio da Justiça da Ponta do Sol, num valor de 180.000€.

A construção do novo Palácio da Justiça de Beja, que albergará o Juízo de Família e Menores, o Juízo do Trabalho, o Juízo Cível da Comarca e o Tribunal Administrativo e Fiscal, está em marcha, concretizando um investimento de cerca de 7M€.

4. Modernização da Justiça

O desígnio reformista está também presente na transformação digital da Justiça, um objetivo prioritário para o Governo.

Queremos uma Justiça mais próxima das necessidades dos cidadãos e das empresas, que seja um fator de competitividade e não um obstáculo à economia, elemento determinante para a (re)construção da confiança.

A transição digital e o chamado *digital by default*, associados à simplificação administrativa, são prioritários e devem constituir uma orientação transversal para o setor, contribuindo para a redução dos custos de contexto e poupanças de tempo.

A tecnologia tem permitido inovar e tornar os serviços da Justiça mais próximos e mais eficientes: veja-se a Consulta de Processos Judiciais Online, a disponibilização da Certidão Judicial Eletrónica, o Cartão de Cidadão e a recente implementação da sua renovação automática; veja-se ainda a recente disponibilização do Nascimento Online ou o BUPI, que permitiram aliviar significativamente a pressão nos atendimentos e prestar um melhor serviço aos cidadãos, mais célere, mais cómodo, a menor custo.

Quero igualmente destacar o lançamento, em setembro deste ano, da Automatização da Bolsa de Firmas e Denominações, com o recurso a algoritmos de inteligência artificial, que já permite a criação automática dos nomes desta Bolsa.

Também a nova Plataforma de Atendimento à Distância, disponibilizada no final do passado mês de outubro, já permite a realização, por videoconferência, de atos autênticos que até agora só podiam ser feitos presencialmente, contribuindo para a coesão territorial e para a capacidade de resposta dos próprios serviços do Registo.

São ambas medidas Simplex 2022 recentemente concretizadas. **Queremos continuar a fazer acontecer.**

Já em 2023, lançaremos o Novo portal dos mandatários, com impacto significativo na atividade dos advogados e dos solicitadores, que deixarão de utilizar vários interfaces já datados, de acordo com as jurisdições onde têm os processos. Este novo Portal permitirá

disponibilizar um único interface, independentemente da jurisdição, diminuindo o tempo que estes têm que despender na sua atividade do dia-a-dia.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

A Justiça foi dotada com um investimento de cerca de 267M€, no quadro do PRR. Deste valor - deve destacar-se, **pela sua relevância estrutural** - aproximadamente 38% está destinado ao **reforço, à renovação e à resiliência das infraestruturas tecnológicas** que suportam os serviços prestados pela Justiça, essencial para aumentar a eficiência e a confiança nos serviços da Justiça.

5. Prosseguir e reforçar o combate à corrupção

Também o combate à corrupção é essencial a essa confiança, ao crescimento económico e ao robustecimento das finanças públicas.

A prevenção e o combate à corrupção, indispensáveis ao reforço da qualidade da democracia e à plena realização do Estado de Direito, são inequívocas prioridades do XXIII Governo – e também da Ministra da Justiça.

Assim, e no âmbito da Estratégia Nacional Anticorrupção, assumimos, em maio, o compromisso de tudo fazer no sentido de garantir a entrada em funcionamento, não apenas em termos normativos, mas também em termos objetivos, do MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção.

Menos de meio ano depois, o Orçamento de 2023 prevê a dotação de 2,1 milhões de euros para esta entidade.

Em junho, regulámos a sua instalação. Entre julho e setembro, o Presidente, indicado pelos Senhores Presidente do Tribunal de Contas e Procuradora-Geral da República, e o vice-Presidente, foram nomeados. Entretanto, o Conselho Consultivo e a Comissão de

Acompanhamento do MENAC foram já constituídos, e o Secretário-Geral designado. Estão também concluídas as obras de adaptação das instalações. Todo este bom ritmo permitirá que, até ao final do ano, possa o MENAC estar em condições de iniciar em plenitude, e sempre com total independência, a sua atividade.

Ao longo deste ano, também trabalhámos para a implementação da Estratégia Nacional Anticorrupção, por forma a dotar o combate à corrupção de recursos efetivos com:

- o já referido reforço do quadro de inspetores da Polícia Judiciária;
- a modernização tecnológica dos sistemas de informação e comunicação da PJ – que está a ser desenvolvida;
- a intervenção ativa e o acompanhamento da matéria, no quadro a participação de Portugal em organizações internacionais.

Além disso, estão em curso investimentos muito significativos, designadamente no quadro do PRR, que contemplam um total de 64M€ para o reforço direto ou indireto da luta contra a corrupção e a criminalidade económico-financeira, até 2026.

E porque Corrupção se combate com Transparência, um contributo objetivo será também a anonimização das decisões dos Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF), com recurso a Inteligência Artificial, que está a decorrer, e que permitirá tornar públicas as decisões jurisdicionais, em 2023.

6. Justiça ao serviço da economia – simplificar, melhorando a competitividade empresarial

Do combate à corrupção e da transparência depende, naturalmente, uma justiça ao serviço da economia. Mas depende, também, da reforma da jurisdição administrativa e fiscal, com o objetivo fundamental de aumentar a sua capacidade de resposta, diminuindo pendências e permitindo a conclusão dos processos em tempo razoável, em suma: tornando-a mais eficiente e mais célere.

Para tanto, estamos a ultimar as condições legislativas, e a prever alocar os meios adequados ao plano de ação estratégica para a justiça administrativa e fiscal, integrando propostas de soluções procedimentais e organizacionais concretas e tidas por adequadas para aumentar a celeridade e eficiência desta jurisdição.

E temos hoje um plano que se estrutura em torno de cinco objetivos essenciais:

- a melhoria da gestão judiciária, dotando de meios esta jurisdição em termos de capacidade de autogestão e organização;
- a otimização do desempenho nos tribunais superiores, redimensionando e reforçando os lugares nos Tribunais Centrais Administrativos (TCAs) onde se verificam atualmente as maiores pendências; e a implementação da assessoria técnica para os juízes dos tribunais administrativos e fiscais, dada a especialidade e complexidade do Direito Administrativo;
- outro objetivo é o da simplificação e agilização processual, identificando e eliminando focos de entorpecimento dos processos sem diminuir as garantias das partes;
- mas também o da transformação digital, melhorando as tecnologias de informação, de comunicação e de suporte à atividade dos Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF);
- finalmente, o do reforço dos recursos humanos, aumentando o número de juízes em exercício de funções e incrementando a formação inicial e continua de magistrados e oficiais de justiça.

O “primeiro pacote” legislativo prevê, entre outras, a consagração da autonomia administrativa e financeira do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF); o regime da criação de equipas de juízes por este Conselho Superior, nomeadamente equipas especializadas pontuais, ou de recuperação de pendências; a especialização na segunda instância; a criação de uma forma de processo simplificada experimental, para ações de baixa complexidade, com tramitação exclusivamente eletrónica. A par destas medidas, mecanismos de inteligência artificial ajudarão a identificar outras razões dos atrasos, para sobre elas, de novo, agirmos.

Queremos continuar a fazer acontecer.

7. Uma Justiça ao serviço da humanização

Queremos uma Justiça que proporcione um cada vez melhor cuidado das pessoas que tem a seu cargo.

Assim, apesar da crescente aplicação de **penas não privativas da liberdade** ao longo das últimas décadas, queremos promover ainda mais a sua aplicação, e reforçar a sua efetividade na reintegração das pessoas a elas condenadas, trabalho a iniciar em 2023. Fá-lo-emos por via de revisão legislativa. Será feito por via do reforço da formação dos magistrados. E fá-lo-emos, enfim, por via do reforço da efetividade do acompanhamento propiciado às pessoas que cumprem pena na comunidade.

Quanto aos jovens que temos ao nosso cuidado, não nos bastaremos em melhorar as condições dos Centros Educativos (em curso): desencadearemos uma reflexão sobre o sistema de justiça no âmbito da área tutelar educativa.

E continuaremos, também, seriamente empenhados na proteção das vítimas.

*

Iniciei esta minha intervenção falando-vos de recursos humanos, falando-vos de pessoas, e foi com a atenção posta nas pessoas que quis terminar.

Talvez esta seja a melhor forma de sublinhar a importância e o impacto do OE 2023 na área governativa da Justiça, porquanto ele permitirá que a Justiça se recentre naqueles que, afinal, são o seu fim último e primeira razão de ser.

Com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, estamos a fazer acontecer.

Muito obrigada.

